



EDITAL N° 002/2016

PRIMEIRA RETIFICAÇÃO AO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO N° 001/2016

O Prefeito de Giruá, Estado do Rio Grande do Sul, Sr. ÂNGELO FABIAM DUARTE THOMAS, no uso de suas atribuições e nos termos dos dispositivos Art. 37, inciso II, da Constituição Federal e na Lei Municipal nº 998/90, 2853/04 e suas posteriores alterações e Decreto Municipal nº129/2009 e demais dispositivos legais vigentes, TORNA PÚBLICO aos interessados, que o **EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO N° 001/2016, sofreu alteração, a saber:**

EXCLUSÃO DO CARGO DE ARQUIVISTA:

O edital do certame em debate previu a existência de cargo de arquivista, como cadastro de reserva, com carga horária de 40h/sem, com remuneração de R\$ 1.185,82 (hum mil cento e oitenta e cinco reais e oitenta e dois centavos). Ocorre que, em detida consulta a lei municipal que regulamenta referido cargo, constatou-se a necessidade de alteração da legislação municipal, de modo que se faz necessário providências no sentido de se adequar aludido dispositivo legal. Desse modo, no afã de se evitar celeumas decorrentes em função das divergências entre a função e os requisitos mínimos para a investidura no cargo em comento, bem como prejuízo aos candidatos interessados em concorrer a citada vaga, resta EXCLUÍDO DO CONCURSO PÚBLICO N° 01/2016 O CARGO DE ARQUIVISTA, sendo que posteriormente a adequação do diploma legal que regulamenta esta cargo, em sendo conveniente e necessário, novo certame para provimento do cargo será iniciado. Acaso já efetuadas inscrições para o cargo de arquivista, as mesmas serão automaticamente anuladas e, em caso de algum inscrito já ter efetuado o pagamento da taxa de inscrição correspondente, serão adotadas as providências necessárias para seu ressarcimento.

A saber:

I) Onde se lê:

ANEXO III – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO/BIBLIOGRAFIA

CONTEÚDOS ESPECÍFICOS PARA CADA CARGO

Agente Licenciador Ambiental

Licenciamento ambiental e avaliação de impacto ambiental: conceitos básicos, metodologias de avaliação, identificação dos impactos, programas ambientais, medidas de mitigação e compensatórias. Sistema de Gestão Ambiental Série ISO 14000. Poluição ambiental das águas, solo, sonora e do ar: causas, efeitos e medidas de controle. Constituição Federal art. 225 CF/88. Política Nacional de Meio Ambiente Lei nº 6.938/1981. Código Florestal Lei nº 12.651/2012. Política Nacional de Resíduos Sólidos Lei nº 12.305/2010. Sistema Nacional de Unidades de Conservação nº 9.985/2000.



CONCURSO PÚBLICO PREFEITURA MUNICIPAL DE GIRUÁ/RS
EDITAL 001/2016



Política Nacional de Recursos Hídricos Lei nº 9.433/1997. Educação Ambiental Lei nº 9.795/1999. Crimes Ambientais Lei nº 9.605/1998. Legislação Estadual: Lei nº 2.080/2000; Lei nº 2.257/2001; Lei nº 2.406/2002; Lei nº 3.480/2007; Lei nº 3.608/2008; Lei nº 3.886/2010; Lei nº 3.992/2010; Lei nº 4.488/2014. Resolução CONAMA: nº 1/1990; nº 8/1990; nº 305/2002; nº 358/2005; nº 357/2005; nº 382/2006; nº 397/2008; nº 420/2009; nº 430/2011;

Referência bibliográfica sugerida:

BEGON, M.; TOWNSEND, C. R.; HARPER, J. L. Ecologia, de indivíduos a ecossistemas. 4ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

BRAGA, B. et al. Introdução à Engenharia Ambiental: O desafio do desenvolvimento sustentável. 2ª ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.

CALIJURI, M. C.; CUNHA, D. G. F.; Engenharia Ambiental: Conceitos, Tecnologia e Gestão. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

PASCHOAL, A. D. Pragas, praguicidas & crise ambiental: problemas e soluções. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1979.

Assistente Legislativo

Técnicas de redação oficial (Manual de redação da Presidência da República): atas, ofícios, portaria, decretos legislativos, projetos de leis, resoluções e outros documentos oficiais; Conhecimentos gerais sobre tramitação de preposições em geral; conceito de maiorias simples, absoluta e outras; Conhecimentos gerais sobre arquivo, registro e guarda de documentos; Conhecimentos de informática: ambiente operacional Windows, aplicativos Word, Excel e Power Point; Conhecimentos gerais sobre a Lei Orgânica do Município de GIRUÁ, disponível em <http://www.girua.rs.gov.br/site/leis?tipo=7>. Direitos e Deveres do servidor público. Constituição Federal (Dos Princípios Fundamentais; Dos Direitos e Garantias Fundamentais; Da Organização do Estado; Da Organização dos Poderes). Estatuto dos Servidores do **Município de Giruá (RS)**. Lei Orgânica do **Município de Giruá (RS)**. Lei nº 8.666/93 (Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências). Lei nº 10.520/02 (Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências). Direito Administrativo: Princípios da Administração Pública. Administração Direta e Indireta. Poderes Administrativos. Controle da Administração. Atos Administrativos. Processo Administrativo. Licitações. Serviços Públicos. Bens Públicos. Intervenção do Estado na Propriedade. Servidores públicos. Mandado de Segurança e outras ações. Direito Constitucional: Princípios Fundamentais. Direitos e Garantias Fundamentais. Direitos e Deveres Individuais e Coletivos. Direitos Sociais, Direitos Políticos. Organização do Estado. Organização dos Poderes: Legislativo, Executivo e Judiciário. Tributação e Orçamento. Documentos Oficiais (requerimento, certidão, atestado, declaração, ata, ofício, memorando, circular, ordem de serviço, exposição de motivos, portaria, parecer, carta, etc).

II) Leia-se:

ANEXO III – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO/BIBLIOGRAFIA



CONTEÚDOS ESPECÍFICOS PARA CADA CARGO

Agente Licenciador Ambiental

Licenciamento ambiental e avaliação de impacto ambiental: conceitos básicos, metodologias de avaliação, identificação dos impactos, programas ambientais, medidas de mitigação e compensatórias. Sistema de Gestão Ambiental Série ISO 14000. Poluição ambiental das águas, solo, sonora e do ar: causas, efeitos e medidas de controle. Constituição Federal art. 225 CF/88. Política Nacional de Meio Ambiente Lei nº 6.938/1981. Código Florestal Lei nº 12.651/2012. Política Nacional de Resíduos Sólidos Lei nº 12.305/2010. Sistema Nacional de Unidades de Conservação nº 9.985/2000. Política Nacional de Recursos Hídricos Lei nº 9.433/1997. Educação Ambiental Lei nº 9.795/1999. Crimes Ambientais Lei nº 9.605/1998. Legislação Estadual: [DECRETO Nº 47.137/2010.](#) [LEI Nº 11.520/2000.](#) [RESOLUÇÃO CONSEMA N.º 004/2000.](#) Dispõe sobre os critérios para o exercício da competência do Licenciamento Ambiental Municipal e dá outras providências. [RESOLUÇÃO CONSEMA N. 297/2015.](#) Aprova o Plano Estadual de Resíduos Sólidos.

Referência bibliográfica sugerida:

BEGON, M.; TOWNSEND, C. R.; HARPER, J. L. Ecologia, de indivíduos a ecossistemas. 4º ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.
BRAGA, B. et al. Introdução à Engenharia Ambiental: O desafio do desenvolvimento sustentável. 2º ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.
CALIJURI, M. C.; CUNHA, D. G. F.; Engenharia Ambiental: Conceitos, Tecnologia e Gestão. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.
PASCHOAL, A. D. Pragas, praguicidas & crise ambiental: problemas e soluções. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1979.

Assistente Legislativo

Técnicas de redação oficial (Manual de redação da Presidência da República): atas, ofícios, portaria, decretos legislativos, projetos de leis, resoluções e outros documentos oficiais; Conhecimentos gerais sobre tramitação de proposições em geral; conceito de maiorias simples, absoluta e outras; Conhecimentos gerais sobre arquivo, registro e guarda de documentos; Conhecimentos de informática: ambiente operacional Windows, aplicativos Word, Excel e Power Point; Conhecimentos gerais sobre a Lei Orgânica do Município de GIRUÁ, disponível em <http://www.girua.rs.gov.br/site/leis?tipo=7> .
Direitos e Deveres do servidor público. Constituição Federal (Dos Princípios Fundamentais; Dos Direitos e Garantias Fundamentais; Da Organização do Estado; Da Organização dos Poderes). Estatuto dos Servidores do **Município de Giruá (RS)**. Lei Orgânica do **Município de Giruá (RS)**. Regimento Interno Câmara Municipal de Giruá <http://www.camaragirua.rs.gov.br/camara/conteudo/5/Regimento-Interno/1/0/> .Lei nº 8.666/93 (Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências). Lei nº 10.520/02 (Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências). Direito Administrativo: Princípios da Administração Pública. Administração Direta e Indireta.



CONCURSO PÚBLICO PREFEITURA MUNICIPAL DE GIRUÁ/RS
EDITAL 001/2016



Poderes Administrativos. Controle da Administração. Atos Administrativos. Processo Administrativo. Licitações. Serviços Públicos. Bens Públicos. Intervenção do Estado na Propriedade. Servidores públicos. Mandado de Segurança e outras ações. Direito Constitucional: Princípios Fundamentais. Direitos e Garantias Fundamentais. Direitos e Deveres Individuais e Coletivos. Direitos Sociais, Direitos Políticos. Organização do Estado. Organização dos Poderes: Legislativo, Executivo e Judiciário. Tributação e Orçamento. Documentos Oficiais (requerimento, certidão, atestado, declaração, ata, ofício, memorando, circular, ordem de serviço, exposição de motivos, portaria, parecer, carta, etc).

Giruá/RS, 22 de Agosto 2016.

ÂNGELO FABIAM DUARTE THOMAS
Prefeito Municipal de Giruá/RS